

AS PERSPECTIVAS DE PETER MAYO SOBRE GRAMSCI E FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: INTERFACES ENTRE O DIREITO À EDUCAÇÃO E A NECESSIDADE DO PSICOPEDAGOGO PARA INTERVIR NAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA NA LEITURA E NA ESCRITA

Galbênia Ferreira Borges¹
Analise de Jesus da Silva²

Resumo

Este artigo, em sua primeira parte, apresenta uma reflexão acerca das interfaces entre o direito dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos - EJA à alfabetização e o paradoxo de nessa modalidade não haver o trabalho Psicopedagógico para intervir nas dificuldades de aprendizagem dos educandos na leitura e escrita. A falta da atuação do Psicopedagogo na EJA para orientar o professor alfabetizador, assim como para realizar a avaliação e intervenção pedagógica dos educandos me impulsionaram à militância pelo tema, para elucidar através de pesquisas, estudos e reflexões sobre as melhorias que os educadores e educandos teriam no processo de ensino e aprendizagem mediante a atuação psicopedagógica na modalidade. Logo, serão apresentadas as perspectivas de Peter Mayo sobre o trabalho de Gramsci e Freire acerca da Educação de Adultos e as possibilidades de uma ação transformadora. A conclusão desse estudo bibliográfico, dar-se-á mediante a comparações entre os fundamentos de Gramsci e Freire sobre a educação de adultos, tecendo diálogos com as interfaces entre o Direito do sujeito da EJA à educação, as dificuldades

¹Mestre em Educação e Docência pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Professora de Educação Básica na Rede Municipal de Ensino de Frutal-MG. galbeniaborges@gmail.com.

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG. Professora Programa de Pós-Graduação MESTRADO PROFISSIONAL - EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA - PROMESTRE da FAE/UFMG. analiseorienta@gmail.com.

de aprendizagem enfrentadas pelos educandos no processo de aquisição da leitura e da escrita e a necessidade que há do trabalho psicopedagógico para intervir nas dificuldades de aprendizagem desses educandos.

Palavras-chave

Dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita. Direito à alfabetização na EJA. Intervenção Psicopedagógica.

64

Recebido em:13/10/2019
Aprovado em: 03/12/2019

PETER MAYO'S PERSPECTIVE ON GRAMSCI AND FREIRE FOR ADULT EDUCATION: INTERFACES BETWEEN THE RIGHT TO EDUCATION AND THE NEED FOR PSYCHOPEDAGOGUES TO INTERVENE IN THE LEARNING DISABILITIES OF STUDENTS OF EJA – ADULT AND CHILD EDUCATION IN READING AND WRITING

Abstract

This article, in its first part, presents a reflection on the interfaces between the right of the subjects of the EJA to literacy and the paradox that in this teaching modality there is no Psychopedagogical work to intervene in the learning difficulties of the students in reading and writing. The lack of Psychopedagogue's role in EJA to guide the literacy teacher, as well as to carry out the evaluation and pedagogical intervention of the students led me to activism by the theme, to clarify through research, studies and reflections the improvements that educators and students would have in the teaching and learning process through psychopedagogical performance in the modality. Next, Peter Mayo's perspectives on Gramsci and Freire's work on Adult Education and the possibilities for transformative action will be presented. The conclusion of this bibliographical study will be through comparisons between Gramsci and Freire's fundamentals about adult education, making dialogues with the interfaces between the right of the subject of the EJA to learn to read and write the learning difficulties faced by the students and the need for Psychopedagogue work to intervene with these learning difficulties in the process of reading and writing acquisition.

Keywords

Learning disabilities in reading and writing. Right to literacy in EJA. Psychopedagogic Intervention.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, é uma modalidade de ensino, parte integrante da Educação Básica, destinada ao atendimento de alunos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, ou seja, na idade da infância e na adolescência. De acordo com a LDB 9394/96 “a EJA compreende ao processo de alfabetização, cursos e exames supletivos nas etapas: fundamental e média da Educação Básica”. A Educação de Jovens e Adultos é considerada mais do que um direito social para os cidadãos brasileiros, ela é a chave que abrirá as portas para o seu pleno exercício da cidadania, portanto, é um Direito Humano. Nesse sentido, a produção do conhecimento sob a ótica dos Direitos Humanos vem a libertar os cidadãos da escuridão em que habitam, porquanto o saber lhes traz luz acerca da democracia, direitos e sociedade. A reflexão sobre os Direitos Humanos busca a construção da tolerância e da paz, visando “o fortalecimento do ser humano, individual e coletivamente – o que inclui, [...] a capacidade de se indignar e de resistir contra injustiças” (FISCHMANN, 2001, p. 74).

Segundo Da Silva (2017.a, p. 26), “o Brasil possui 14,1 milhões de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade, 52 milhões de pessoas com 15 anos ou mais sem Ensino Fundamental e 22 milhões de pessoas com 18 anos ou mais sem Ensino Médio, totalizando 43% da população brasileira”. Ainda, segundo Da Silva (2017.b) “o quadro em Minas Gerais é de 1.247.010 pessoas não alfabetizadas, 7.287.140 de pessoas sem instrução e fundamental incompleto, 2.829.240 pessoas com Fundamental completo e médio incompleto. Isto totaliza 11.363.390, ou seja, 54% da população mineira”. Estes são dados mais que relevantes para justificar uma política pública nacional de EJA e uma política pública estadual de EJA.

Nesse cenário verifica-se que há uma parcela relevante dos alunos da EJA que estão passando pelo processo de alfabetização, apresentando dificuldades leve, moderadas e severas na aquisição da leitura e da escrita, no qual, o psicopedagogo poderá contribuir para minimizar as dificuldades de aprendizagem dos educandos. Nesse sentido, o trabalho multidisciplinar entre o

psicopedagogo e o professor alfabetizador, contribuirá para impulsionar a relação de aprendizagem entre ensinante e aprendente, proporcionando ao educador aporte para minimizar as dificuldades de aprendizagem do alfabetizando, contribuindo para desenvolver as habilidades dos sujeitos da EJA na leitura e na escrita tornando possível ser um leitor fluente facilitando esse processo e tornando-o mais prazeroso. Nesse contexto, o psicopedagogo precisaria estar incluído dentro da perspectiva da Educação de jovens e Adultos.

Verifica-se que a abordagem Psicopedagógica dialoga tanto com a abordagem Freiriana, na qual destaca-se a sua metodologia do uso das palavras geradoras e da leitura do mundo que precede a leitura da palavra, assim como a abordagem Gramsciana, na qual ele militava pelo movimento de “concelhos de fábrica”, concebido como um movimento de educação de adultos, onde os trabalhadores eram de fato, educados. Fundamentando na obra de Peter MayoGRAMISCI E FREIRE E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS: Possibilidades de uma ação transformadora tem-se por objetivo tecer diálogos com a temática apresentada sobre as interfaces entre o direito dos sujeitos da EJA à educação e necessidade que há do trabalho psicopedagógico nessa modalidade, para intervir nas dificuldades de aprendizagem dos educandos na leitura e na escrita.

O objetivo geral dessa pesquisa bibliográfica traz consigo duas vertentes. A primeira é refletir sobre as contribuições da Psicopedagogia para intervir nas dificuldades de aprendizagem dos sujeitos da EJA e a necessidade que há do trabalho psicopedagógico para essa modalidade. A intencionalidade dessa reflexão é fortalecer a militância através de estudos que elucidam a relevância de políticas públicas para garantir aos educandos da EJA o apoio psicopedagógico, assim como já é visto este apoio à outras modalidades. E a segunda vertente é fazer as aproximações de Gramsci e Freire com as contribuições da Psicopedagogia para a EJA, à luz da obra de Peter Mayo. Logo, o apoio psicopedagógico seria um instrumento para efetivar “a ação transformadora” na aprendizagem dos educandos da EJA em leitura e escrita. Nesse sentido, estas reflexões sobre a necessidade do apoio psicopedagógico à modalidade das EJA são relevantes, uma vez que, o psicopedagogo poderá trabalhar com os

educandos e educadores para identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagem, fazendo com que os educandos, após a intervenção, tenham as suas dificuldades minimizadas. Consequentemente elevada autoestima, ganho de autonomia para a leitura, escrita e interpretação, sabendo lidar com as adversidades e prosseguir com seus estudos, compreendidos como direitos seus.

Desenvolvimento

Contribuição da Psicopedagogia para a alfabetização de jovens e adultos com dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita

Saber ler e escrever é condição essencial para que o indivíduo enfrente as situações do mundo contemporâneo. Percebe-se que uma das maiores dificuldades dos alfabetizandos da EJA é dominar a leitura e a escrita, essas dificuldades na alfabetização teriam uma melhora significativa mediante as contribuições da Psicopedagogia para superá-las. Embora, pouco se comente, a Psicopedagogia pode contribuir com a modalidade da EJA, assim como contribui com outras modalidades. Neste enfoque, o objetivo é resgatar o prazer, não somente de aprender, mas também de ensinar.

Verifica-se que a Psicopedagogia surgiu na Europa, mais especificamente na cidade de Paris na França, na década de 1940. Os precursores foram J. Boutonier e George Mouco, que sobre o enfoque e direção médica e pedagógica, criaram os primeiros Centros Psicopedagógicos europeus. Também, destaca-se na literatura francesa os trabalhos da psicopedagoga Janine Mery. Ela apresentou algumas considerações sobre o termo Psicopedagogia, assim como, a origem dessas ideias na Europa. Os Centros Psicopedagógicos eram formados por uma equipe multidisciplinar, composta por médicos, psicólogos, psicanalistas, pedagogos e reeducadores. De acordo com Mery:

Em 1946 fundaram-se os primeiros Centros Psicopedagógicos com a finalidade de se unir conhecimentos da Psicologia, da Psicanálise e da Pedagogia para tratar comportamentos

socialmente inadequados de crianças, tanto na escola como no lar, objetivando a sua adaptação. (MERY, 1985. p. 11)

Fundamentando na tríplice aliança entre a Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, esperavam por meio dessa união, conhecer melhor a criança e o seu meio, para que fosse possível compreender o caso para determinar uma ação reeducadora. Investigar qual o porquê das dificuldades de aprendizagem entre a categoria que não apresentava nenhum tipo de deficiência e se mostravam ao mesmo tempo serem inteligentes? Foi nesse sentido, que, com a evolução dos estudos psicopedagógicos, foi incluído à Psicopedagogia “o olhar e a escuta”. Hoje, a Psicopedagogia estuda o ato de aprender e o de ensinar, assim como os fatores externos e internos que interferem de forma positiva e ou negativa para que a aprendizagem aconteça. O objeto de estudo da Psicopedagogia estrutura-se em torno do processo de aprendizagem humana. Como deve se ensinar determinado sujeito e qual é a via utilizada por ele para aprender.

Nesse sentido, o papel do psicopedagogo na instituição escolar consiste em exercer um trabalho preventivo, onde tem a possibilidade de diminuir a “frequência dos problemas de aprendizagem”. Seu trabalho envolve um diagnóstico para a identificação do problema para depois desenvolver um plano de intervenção. Na escola os processos didáticos-metodológicos são avaliados e procura-se entender como o funcionamento da instituição interfere no processo de aprendizagem. Inclui a orientação de professores e de outros profissionais para a melhoria nas estratégias e condições do processo ensino-aprendizagem, assim como para a prevenção de eventuais problemas. O Psicopedagogo também pode fazer um trabalho com os pais, orientando-os a como oferecer apoio ao educando. Com o educando, o trabalho é feito buscando ferramentas e estratégias eficazes a fim de desenvolver competências e habilidades capazes de auxiliar nas suas dificuldades de aprendizagem.

Após o surgimento da Psicopedagogia na Europa, seus fundamentos e ideias expandiram para a América do Sul. A Argentina, influenciada pelo movimento europeu, foi o primeiro país sul americano a fundar uma faculdade

de Psicopedagogia, em 1956. Devido à proximidade com o Brasil e à ditadura militar que se instaurou na Argentina nos anos sessenta, vários psicopedagogos vieram exilados para o Brasil devido suas ideais criativas de intervenção pedagógica. Os ideais propostos pela Psicopedagogia não dialogavam com o modelo engessado de educação impostos pelo governo ditatorial que se instaurou naquele país, pós golpe militar de 1966. Entretanto, foi apenas nos anos 70 que a Psicopedagogia chegou ao Brasil, legalizada, com a colaboração de Jorge Visca. Sampaio confirma que:

O Brasil recebeu influências tanto americanas, quanto europeias, através da Argentina. Notadamente no sul do país, a entrada dos estudos de Quirós, Jacob Feldmann, Sara Paín, Alicia Fernández, Ana Maria Muñoz e Jorge Visca enriqueceram o desenvolvimento desta área de conhecimento no Brasil, sendo Jorge Visca um dos maiores contribuintes da difusão Psicopedagógica no Brasil (SAMPAIO, 2007. P.15).

Atualmente, a Psicopedagogia trabalha com uma concepção de aprendizagem, segundo a qual participa desse processo um corpo com disposições afetivas e intelectuais que interferem na forma de relação do sujeito com o meio, sendo que essas disposições influenciam e são influenciadas pelas condições socioculturais de ambos. É sobre esse olhar da Psicopedagogia, voltado para dificuldades de aprendizagem, influenciadas pelas condições socioculturais do sujeito, que se desenvolve este estudo bibliográfico. É por esse prisma que estabeleço a triangulação do diálogo entre a abordagem Freiriana, Gramsciana e psicopedagógicas sobre o analfabetismo e as dificuldades de aprendizagem que surgem quanto a alfabetização dos educandos da EJA. Alves e Bossa (2006) referem que:

...a Psicopedagogia é um campo no qual floresceu o conceito de sujeito autor, é uma área de estudo interdisciplinar que olha para o sujeito como um todo no contexto no qual está inserido, que estuda os caminhos do sujeito que aprende e apreende, adquire, elabora, saboreia e transforma em saber o conhecimento (ALVES e BOSSA, 2006, p. 30).

Para Paulo Freire (2003), esses sujeitos oprimidos, são os esfarrapados do mundo. A complexidade da compreensão nos processos de aprendizagem na

leitura e na escrita é frequente nas turmas de alfabetização independentemente da idade do educando, existe aquela parcela de educandos que, embora sejam muito inteligentes, não conseguem alfabetizar-se tão facilmente. Nesse sentido, o ideal seria o trabalho psicopedagógico para realizar a avaliação e intervenção pedagógica dos educandos que apresentam dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita. As dificuldades específicas de aprendizagem na leitura e na escrita condicionam a forma como o indivíduo se percebe e como se relaciona com os seus pares nos mais diversos contextos educacionais, familiares, social etc.

De acordo com (SOARES, Magda, 1998, p. 68). “A leitura é um conjunto de habilidades psicológicas, é um processo de relacionar símbolos escritos a unidades de som e é também o processo de construir uma interpretação de textos escritos”. Em seus apontamentos, Marcuschi é enfático em afirmar que:

A escrita tornou-se um bem social indispensável, símbolo de educação, desenvolvimento e poder, alcançando um valor social superior à oralidade e servindo muitas vezes como forma de discriminação. A fala é adquirida naturalmente em contextos informais, no dia-a-dia, enquanto a escrita é adquirida formalmente, através da escola, e, talvez esse, reflete o autor, seja o caráter gerador de seu prestígio (MARCUSCHI, 2008, p. 125).

É comum que a dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita provoquem uma defasagem inicial de aprendizagem, desmotivação e até mesmo interrupção do processo de escolarização por parte de alfabetizandos da EJA. Esses sujeitos têm suas trajetórias de escolarização recortadas reiteradas vezes até que sejam interrompidas. No caso dos não alfabetizados, muitas vezes, estas trajetórias sequer tiveram início. Os sujeitos da EJA são sujeitos das desigualdades sociais que assolam nosso país. A desigualdade social tem sido uma preocupação das sociedades modernas, principalmente, porque ela gera e é gerada pela desigualdade Educacional.

Segundo SOARES, Leôncio (2002, p. 34), “foi a partir da conscientização da desigualdade social que políticas de democratização do acesso à escola foram

implantadas, especialmente por meio do aumento de escolas públicas”. Verifica-se que no início dos anos 1960, o pensamento pedagógico de Paulo Freire inspirou os principais programas de alfabetização e de educação popular no país. Em 64 foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização³ que, orientado por sua proposta, previa o programa de alfabetização para todo o Brasil. O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) do Governo João Goulart estava para ser implementado, com o Golpe Civil Militar de 1964, o PNA foi cancelado e os mentores passaram a ser perseguidos. A ditadura vitimou, exilou e torturou milhares de pessoas cujo destino era a prisão, a morte ou o exílio. Nesse contexto histórico, houve um desencontro entre a data do exílio de Paulo Freire e a introdução da Psicopedagogia no Brasil. Paulo Freire foi preso e exilado após o golpe militar de 1964 e os primeiros psicopedagogos argentinos vieram exilados para o Brasil a partir do ano de 1966, data onde a **ditadura Argentina** teve início, tal qual no Brasil, por meio de um golpe militar. Porém, em seu livro “O que é método Paulo Freire?”, Brandão (1986, p. 08), afirma em relação ao Sistema de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire que “A questão é que Paulo Freire não propôs um método entre outros. Um método psicopedagogicamente diferente e, quem sabe? Melhor” (BRANDÃO, 1986, p. 08).

Observa-se que naquela época, de modo sutil e despretensioso, e sem ser o seu foco, Freire já intervinha nas dificuldades de aprendizagem dos educandos. A intervenção proposta pelo Sistema de Alfabetização de Adultos de Paulo Freire nas dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita dos educandos da EJA, eram realizadas por meio do uso das palavras geradoras no processo de alfabetização. Essa metodologia, onde se usa palavras que fazem parte do cotidiano do sujeito da EJA para realizar a alfabetização, de tal modo que, faça sentido para o sujeito, se aproxima das abordagens psicopedagógicas.

Para Silva et al., (2010), a Psicopedagogia é relevante, abrangendo todo o processo de conhecimento relacionado às dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita. Essas dificuldades são queixas constantes na alfabetização

³<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>

de crianças que geralmente são encaminhadas ao psicopedagogo, porém, pouco se fala quando as dificuldades são apresentadas pelos sujeitos da EJA. Logo, percebe-se há o diálogo entre as abordagens psicopedagógicas e a abordagem Freiriana de alfabetização. O foco de Freire era desenvolver o processo de alfabetização dos adultos através de uma prática política e libertadora.

Para Freire (1979, p. 72), “a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Os educandos com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita têm dificuldades para desenvolver a percepção de que as palavras faladas e escritas são compostas por fonemas ou blocos sonoros. Por isso é importante que o alfabetizando com dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita passe por uma avaliação psicopedagógica. Essa avaliação é importante para a identificação das causas das dificuldades apresentadas, assim como para orientar a professora no trabalho com os educandos. É fundamental que a equipe escolar esteja integrada entre si, com a família e com o próprio educando. Entre as consequências das dificuldades de aprendizagem na aquisição da leitura e da escrita encontramos a reprovação e as ausências, desmotivação e abandono. Acontece também o desestímulo, a solidão, a vergonha, implicações em seu autoconceito e rebaixamento de sua autoestima, porque os alfabetizandos perdem o interesse em aprender, se consideram incapazes e desprovidos de recursos intelectuais necessários para tal. As contribuições da Psicopedagogia na EJA visam criar um ambiente que apresente formas diferenciadas de aprender, resgata o desejo dos educandos e dessa forma a aprendizagem tradicional dará lugar a uma aprendizagem contextualizada e significativa para os educandos. Para tanto, permitirá ao professor alfabetizador recorrer a diversas atividades e métodos de ensino, descobrir qual deles melhor se adapta ao alfabetizando e à sua situação de aprendizagem, para esses sujeitos tão sofridos, que tem os mesmos direitos de aprender, assim como os educandos que estão passando pela alfabetização na infância.

PAULO FREIRE E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, NA PERSPECTIVA DE PETER MAYO

Paulo Freire é um dos personagens líderes na área da pedagogia crítica, é considerado o maior educador do Séc. XX. Na sua trajetória preocupou com questões referentes às diferenças, a justiça e a transformação social, porém, o foco do seu trabalho foi questões pertinentes à educação, sobretudo à alfabetização de adultos. Nota-se que Freire sublinha o forte relacionamento que existe entre a educação e a política, sendo impossível negar o aspecto político da educação. Ele nos chama a atenção para os meios ideológicos pelos quais os professores exercem o seu controle sobre aqueles a quem exploram, os oprimidos, na educação tradicional dominante. A educação tradicional é renegada por Paulo Freire (2003), por apresentar uma abordagem “de cima para baixo” de transmissão do conhecimento, na qual o professor é o transmissor exclusivo do conhecimento e os estudantes são os seus recipientes passivos. Esse modelo de educação tradicional é denominado por Freire (2003) de “educação bancária”, no qual a ação máxima permitida aos estudantes é receber, arquivar e armazenar os conceitos, depositando-os sem questioná-los.

Freire comunga da ideia que a educação não é neutra, mas, que a neutralidade é uma alternativa conveniente para se dizer que está do lado dos dominantes. Mayo (2004), menciona que a mensagem transmitida na obra de Freire é de esperança, pois fundamenta na dinâmica ideológica que caracterizou o Movimento da Teologia da Libertação. Por essa vertente a Igreja tradicional impede os oprimidos de entenderem as bases estruturais e sistêmicas da opressão. Em contrapartida, há uma teologia que enfatiza o papel do ser humano na luta permanente contra a opressão, a injustiça social e a luta pela garantia dos direitos humanos.

Para Valdameri:

Os Direitos Humanos têm como objetivo o bem comum e a paz social, sendo essenciais ao Estado Democrático de Direito. Buscando o reconhecimento dos direitos do homem por meio da educação, Paulo Freire (1982) construiu sua teoria, fundada na liberdade por intermédio da educação. Assim, a educação é compreendida como a

“prática de liberdade”. Sob uma visão inicial, pode-se ter a relação direta entre educação e Direitos Humanos, posto que prescindam à sociedade, à garantia do bem-estar social e à multiculturalidade (VALDAMERI, 2018, p.02).

Observa-se que por meio de uma “pedagogia da pergunta” o educador capacita os aprendizes a refletir sobre o seu mundo de ação no processo de práxis. O conceito de práxis é descrito por Freire como ação e reflexão: é a transformação do mundo através da práxis (isto é, ação e reflexão). Já a conscientização é o aprofundamento da tomada de consciência. É aprender a perceber as contradições sociais, políticas, econômicas e empreender ações contra os elementos opressivos da realidade. Partindo desse pressuposto o processo de aprendizagem deve ser dialógico, no qual o educador aprende com os educandos da mesma maneira que estes aprendem com o professor, aprendem juntos, ressignificando o objeto de conhecimento.

Os educadores têm uma visão política e um entendimento teórico que guia a sua ação pedagógica, porém deve ser democrático nunca transformar a autoridade em autoritarismo. Autoridade é necessária para a liberdade dos educandos assim como para liberdade do próprio educador, o que não é necessário é o autoritarismo.

O foco do trabalho inicial de Paulo Freire foi direcionado a atender os camponeses no Brasil e no Chile, os quais ele via um potencial revolucionário, inclusive maior do que no proletariado urbano. Mas, no decorrer de sua carreira o oprimido dependia do contexto em que estava inserido, variando de contexto para contexto. No seu trabalho como secretário de educação de São Paulo na década de 90, identificou os oprimidos como as mulheres que constituem a maioria da população analfabeta daquela cidade e que enfrentam a dupla jornada de trabalho, assim como os imigrantes do Nordeste empobrecido, que terminam como ajudantes na área da construção civil, também identificou alguns grupos diferentes, como, gays e lésbicas, negros, as minorias étnicas. Freire refutou a ideia de que haja uma forma universalizada de opressão, para ele não se pode reduzir todas as formas de opressão à luta de classes.

Embora esteja fortemente associado com o trabalho de alfabetização de adultos em situações não-formais, ele favorece tanto o trabalho dentro do sistema como fora, tentando pensar e ensinar mantendo um pé dentro do sistema e o outro fora. Aponta que não é possível estar totalmente fora do sistema se ele continua a existir. Em sua gestão como secretário de educação da cidade de São Paulo, Freire trabalhou “dentro” do sistema, e ao mesmo tempo fora, em cooperação com os movimentos sociais, que operam “fora” dele. O trabalho de alfabetização que Freire desenvolveu no Nordeste do Brasil, assim como no Chile se tornou modelo internacional. Sua preocupação voltava para a conquista da alfabetização política, para os meios de ler o mundo e converter o “senso comum” em “bom senso” para que o oprimido possa ter consciência dos seus direitos. Freire considera que através dos elementos da “cultura popular” permanente seria possível constituir as bases para um programa transformador de educação de adultos. Para que os oprimidos se unam devem primeiramente cortar o cordão umbilical da magia e do mito que os amarram ao mundo da opressão.

É notável segundo Mayo (2004) a diferença entre os primeiros e os últimos textos de Freire, nos quais trabalhos posteriores são guiado por uma visão mais inclusiva de mudança social. Paulo Freire postula um processo de educação de adultos centrado em torno do conceito e da práxis, um processo educacional pelo qual o aprendiz adulto é encorajado por meio do diálogo crítico a revelar algumas das contradições sociais existentes em uma comunidade e para além dela.

Mayo (2004) é feliz ao finalizar suas observações acerca da trajetória de Freire contextualizando que sua abordagem coloca em primeiro plano a natureza política de toda a atividade educacional, enfatizando o forte relacionamento que existe entre a educação e poder em todos os contextos. Nesse sentido, Freire (2001, p.50) nos advertir que devemos acautelarmos, pois, “experimentos não podem ser transplantados, eles precisam ser reinventados”, construído no dia-a-dia por meio da práxis docente.

ANTONIO GRAMSCI E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA PERSPECTIVA DE PETER MAYO

Antonio Gramsci buscava formular uma estratégia revolucionária para a transformação social na Europa Ocidental. Inicialmente, foi militante socialista e, posteriormente, comunista, cuja meta última era a revolução proletária. A educação, no seu contexto e concepção mais amplos, desempenhou papel importante em sua estratégia geral para a transformação social. Para Gramsci:

A educação é fundamental em sua formulação particular do conceito de hegemonia. Toda a relação de hegemonia é essencialmente uma relação educativa. Uma vez que, os agentes que se engajam nessa relação educativa são as instituições que formam a sociedade civil, a qual constitui o alicerce cultural do poder (GRAMSCI, 1971b, p. 350).

Por isso as instituições como a escolas e outros estabelecimentos educacionais não são “neutras”; ao contrário, elas servem para cimentar a hegemonia existente e, portanto, estão ligadas intimamente aos interesses dos grupos sociais mais poderosos, especialmente a burguesia.

Gramsci defendia o estabelecimento de uma educação ampla, com forte base humanista, para todos. Nesse sentido, é relevante que se faça valer os direitos humanos. Esses direitos são garantias de proteção das pessoas contra ações ou falta de ações dos governos que possam colocar em risco a dignidade humana. Nos textos de Gramsci há uma “linguagem da possibilidade”. As ideias contrastavam com as visões positivo-deterministas de mudança social compartilhadas por diversos socialistas e sindicalistas operários italianos da época. Isso indica que pode haver espaço para uma atividade contra hegemônica.

Fundamentando em Gramsci, a educação de adultos pode desempenhar papel importante nessa “guerra de posição. Para Gramsci, os conselhos de fábrica pretendiam fornecer os meios pelos quais o proletariado poderia “educar a si mesmo, reunir experiência e adquirir uma consciência responsável dos deveres de que são incumbidas as classes que detêm o poder de Estado. Nesse sentido, segundo Mayo (2004, p. 39) “os agentes da mudança social na opinião

de Gramsci seriam os educadores de adultos, uma espécie de agentes que desempenhariam um papel essencial nessa “guerra de posição”, ou seja, os “intelectuais orgânicos”. Os intelectuais orgânicos estão envolvidos na sociedade de maneira ativa, lutam constantemente para mudar as mentes e expandir os mercados. A tarefa primordial dos intelectuais orgânicos seria formar um componente vital do “Príncipe Moderno”, ou seja, um “partido de massas” que lhes permitisse tornarem-se intelectuais políticos qualificados. Foi no proletariado industrial, localizado em Turim, que Gramsci procurou potencial revolucionário. Gramsci defendia a ideia de um “bloco histórico”, caracterizado pela aliança nacional popular entre o proletariado industrial e o campesinato, sendo que ao primeiro, ele designava o papel de liderança na aliança. Vale ressaltar que essa visão é relevante para a educação de adultos, uma vez que, enfoca as necessidades educacionais da classe operária industrial.

Observa-se que o maior período de efervescência revolucionária na vida de Gramsci foi o do movimento de conselhos de fábrica, nessa época a ação cultural de Gramsci propôs um formato de atividade de educação de adultos, adotando o conceito de “guerra de posição”, uma ofensiva cultural em todas as frentes, defendia com afinco a ideia de que lugares diferentes de prática social podem ser transformados em locais de educação de adultos. Os espaços de produção industrial torna-se um lugar importante de aprendizagem, essas experiências educacionais no local de trabalho devem ser sustentadas por centros ou círculos de cultura, ambiente onde os trabalhadores liam livros e faziam apresentações uns para os outros.

Gramsci engajou como educador de adultos ainda na juventude, época na qual também esteve intensamente envolvido com o jornalismo, quando esteve preso no confinamento da Ilha de Ustica criou e ensinou na “Escola Prisional”. Seu projeto disseminou-se para todas as outras prisões na Itália onde podiam ser encontrados presos políticos, para ele, a educação transformadora pode ocorrer em diversos lugares de prática social. Verifica-se nos textos de Gramsci que o movimento dos conselhos de fábrica enfatizava a conquista da

“democracia industrial”, considerada a espinha dorsal do Estado operário, regida pela colaboração entre os trabalhadores manuais, trabalhadores especializados, engenheiros e os diretores técnicos”. A preocupação de Gramsci com mitigar as relações hierárquicas entre aqueles que “educam” e “dirigem” e aqueles que aprendem é nítida a respeito da hegemonia e do papel dos intelectuais. A relação de ensino e aprendizagem entre os intelectuais e as massas devem transcorrem embasada na reciprocidade.

Segundo Mayo (2004), o trabalho de Gramsci sobre a “Escola Comum”, refere-se ao professor que se limita o ensino e a transmissão fácil dos fatos, como um medíocre, pois o diálogo e outros elementos de uma educação participativa desde que não fundamentados na informação e no rigor seriam prejudiciais para a classe operária. Os educadores de adultos necessitam de um certo grau de instrução, precisa ser argutos para que o conhecimento seja compartilhado. Gramsci aposta numa busca constante por áreas de estudo e investigação que desenvolveria, nos aprendizes adultos das classes subalternas, qualidades como a diligência, precisão, postura moral e física e habilidade para se concentrar em temas específicos entre outras. Nesse sentido, o trabalho psicopedagógico possibilitaria aos educandos e educadores da EJA alternativas para o desenvolvimento das habilidades supracitadas com os educandos.

Além da educação de adultos, Gramsci expressa grande interesse em obras, como as novelas de Dostoievski, que se apoiam na ficção serial, para produzir ficção artística, nas quais revelam o inter jogo entre o “popular” e o “artístico”. De acordo com Mayo (2004), Gramsci identifica a ficção como parte de uma cultura proletária nova. Nesse sentido, produzir novelas (ficção), com uma narrativa com o domínio da linguagem hegemônica dominante pelos membros das classes subalternas, poderia ser uma alternativa para a emergência de uma nova cultura proletária. Peter Mayo (2004) adverte para um trabalho que aborda o analfabetismo, no qual Gramsci enfatizou a necessidade de os camponeses aprenderem a língua padrão para transcenderem o seu ambiente isolado caracterizado pelo campanalismo, pois partia do princípio que

a partir da linguagem de qualquer pessoa pode-se avaliar a complexidade maior ou menor de sua concepção do mundo. Ele acreditava que a apropriação crítica da cultura dominante é central para o desenvolvimento teoria da educação de adultos radical, e essa, fundamentada pela práxis, numa fusão absoluta entre o mundo educacional e o mundo da produção. Em suma, o trabalho de Gramsci consiste na “teoria da educação radical de adultos”, na qual ele via na educação e na formação cultural de adultos a chave para a criação da ação contra hegemônica na “guerra de posição”, indispensável e necessária para desafiar o Estado burguês e transformá-lo em um Estado que representasse os interesses de todos aqueles grupos de pessoas que ocupam uma posição subordinada na estrutura de poder.

Considerações Finais

Peter Mayo analisou com maestria e estabeleceu semelhanças na vida e na obra de Paulo Freire e Antonio Gramsci. Mayo aponta que tanto Gramsci como Freire foram ativos do ponto de vista político e/ou pedagógico, em situações históricas caracterizadas pela mobilização das forças populares e por uma luta de classes intensa, incentivando aos sujeitos a lutarem pelos seus direitos. Em Turim, a cidade onde Gramsci trabalhou ativamente, seu proletariado altamente militante envolveu-se em uma série de insurreições. Enquanto no Brasil os sindicatos, as ligas camponesas e as organizações de trabalhadores, assim como os movimentos religiosos radicais, afirmaram a sua presença quando o país foi governado pela administração populista de João Goulart, que buscava estabelecer uma base de poder entre os camponeses. Entretanto, em ambos os casos, todo o processo de mobilização das massas populares foi encerrado abruptamente por golpes de direita. No caso da Itália, foi a “marcha” de Mussolini sobre Roma em 1922, que levou à tomada do poder pelos fascistas e à prisão posterior de Gramsci. Já no caso do Brasil, foi o golpe militar de 1964 que derrubou o governo de Goulart, colocando fim ao programa de alfabetização de adultos de Freire, levando-o, à prisão e posteriormente ao exílio. Gramsci e Freire acreditavam que a partir de uma educação de adultos

radical e transformadora, o oprimido passaria da consciência ingênua para a consciência crítica ou do sensu comum para o bom sensu. Problematizariam a distribuição desigual de renda e a luta de classes defendida por Marx, promovendo de fato uma revolução social. Em dias atuais, esses sujeitos estariam lutando pelo gozo do que está assegurado nos Direitos Humanos, como, o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros. Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana, porém, ainda nos dias atuais, há um alto índice de analfabetismo entre a população jovem e adulta, impedindo-os de apropriar-se de bens e consumo inerentes do mundo letrado.

Nesse sentido, as reflexões acerca da luta pelo direito da atuação do psicopedagogo na EJA para intervir nas dificuldades de aprendizagem dos educandos em leitura e escrita dialoga com a militância autores por uma educação transformadora. Uma vez, que os sujeitos que não conseguem se alfabetizar é um oprimido tanto na sala de aula quando em diversos setores da sociedade e à medida que ele se tornar alfabetizado haverá a abertura de novos horizontes. Nesse sentido, após a intervenção psicopedagógica as dificuldades de aprendizagem dos educandos serão minimizadas e ampliadas suas possibilidades em prosseguir com os estudos, sendo efetivado o seu direito à educação e o aprender. As concepções de educação de Freire e Gramsci dialogam, pois, a Pedagogia Crítica de Gramsci foi inspiração para a Pedagogia Libertadora de Freire, enquanto que a Psicopedagogia bebeu da fonte de Freire ao olhar as causas das dificuldades de aprendizagem dos educandos pelo viés sociocultural. Para tanto, a triangulação das concepções “Gramsci, Freire e da Psicopedagogia” apresentam-se como uma possibilidade de ação transformadora, reforçando aos sujeitos da EJA gozar do direito à educação, alicerçado no tripé “acesso, permanência e aprendizagem” a educação compreendido como direitos seus.

Referências

ALVES, M. D. F.; BOSSA, N. *Psicopedagogia: em busca do sujeito autor*. Psicopedagogia on-line: portal da educação e saúde mental. Disponível em: <http://www.Psicopedagogia.com.br/artigos/>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é método Paulo Freire*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.

BRASIL. *Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB* (Lei nº. 9.394). Brasília, 1996.

DA SILVA, Analise de Jesus. *A pauta nacional da EJA*. Belo Horizonte, 2017.a, p. 25-35.

FISCHMANN, Roseli. *Educação, direitos humanos, tolerância e paz*. Paidéia, vol. 11, núm. 20, 2001, pp. 67-77. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, Brasil.

FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Oralidade e Letramento*. In: Da fala para escrita: atividades de textualização. - 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2008.

MAYO, P. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MERY, Janine. *Pedagogia curativa escolar e psicanálise*. Porto Alegre: Artmed, 1985.

SAMPAIO, Simaia. *Um pouco da história da Psicopedagogia*. Disponível em: <http://www.Psicopedagogia.com.br/opiniaio/opiniaio.asp?entrID=422>. Acesso em 10 de Janeiro 2018.

SILVA, Elisângela dos Santos, et. al. *A importância do psicopedagogo no contexto escolar*. Disponível em https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_13_1305232357.pdf. Acesso em 18 de abril de 2019.

SOARES, Leôncio José G. *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Magda. Letramento em ensaio – Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: ____ *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VALDAMERI, Daiane Soares. *Direitos humanos e educação: A construção de uma cultura democrática*. JUS.COM.BR, 2018. Retirado de: <https://jus.com.br/artigos/66343/direitos-humanos-e-educacao>. Acesso em: 29 de novembro de 2019.